

QUEM HÁ DE VIVER NUM MOINHO?

Filipe Maciel Paes Barreto

(Arquiteto e Urbanista formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP, Pesquisador do Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, e membro do Núcleo de Arquitetura e Cultura Construtiva - NACCO; filipempbarreto@gmail.com)

Resumo: O presente artigo busca um entendimento mais profundo das condições de vida que permeiam os moradores da Favela do Moinho. Através da aproximação do diálogo com eles, levanta os principais condicionamento de suas vidas, traçando um panorama mais próximo dessa realidade.

Palavras Chave: Favela do Moinho; Precariedade; Vulnerabilidade social; Urbanização com baixos salários; Direito à habitação; Direito à cidade.

Sumário: 1.Introdução; 2. O contato com os moradores; 3. O Motivo pelo qual foi morar lá; 4. Moradia e infraestrutura básica; 5. A proximidade com os empregos; 6. As relações de vizinhança; 7. O poder paralelo; 8. A relação com a prefeitura; 9. A relação com a polícia militar e a guarda civil; 10. A relação com a família; 11. A relação com o resto da sociedade; Considerações Finais.

1. Introdução

Este artigo é derivado do trabalho final de graduação intitulado *Favela do Moinho – A Condição Humana na Precariedade Urbana*, apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)¹ por este autor, em dezembro de 2012.

Produzido durante aquele ano, o trabalho faz uma investigação mais próxima do que é a realidade dos moradores da Favela do Moinho.

¹ BARRETO, Filipe. *Favela do Moinho: A Condição Humana na Precariedade Urbana*, orientação: Prof^a Dr^a Karina de Oliveira Leitão, <http://issuu.com/mpbarreto/docs/favela_do_moinho_a_condicao_humana_>

Utilizando instrumentos de análise urbana e as memórias pessoais/afetivas daquela população, à luz das disputas subjacentes e interesses em jogo, compreende o significado daquele espaço. Descreve como ele foi formado, porque foi ocupado, e que dinâmicas políticas e socioeconômicas o geraram. Busca, enfim, o entendimento de quem são as pessoas que ressignificam aquela área, como é a relação delas com as áreas de seu entorno e com os vários atores sociais presentes.



Equipe do projeto InsideOut São Paulo entrevista morador da comunidade e retratos são colados em tapume do largo da Batata / Fotos: UOL Notícias

No artigo presente, expõe-se parte deste documento. No início do capítulo “Do contato”, descreve-se como se deu a aproximação com a comunidade, a metodologia utilizada, e os produtos decorrentes. Nos dez capítulos seguintes, descreve-se a situação de vida encontrada, lançando mão de referências teóricas, notícias e a própria fala dos moradores para se gerar um entendimento de cada uma das características observadas. Assim, levanta-se as principais questões envolvidas no cotidiano da comunidade, criando um dossiê para a compreensão da complexidade de fatores condicionantes da vida daquelas pessoas.

2. Do contato

As primeiras visitas à Favela do Moinho, realizadas no âmbito dessa pesquisa, se deram na ocasião do festival Baixo-Centro² de 2012. Nesse festival, uma das atividades propostas por um grupo de artistas para repensar e reocupar a área denominada por eles de Baixo-Centro, era exibir para os moradores da favela do moinho um vídeo-documentário sobre festas populares em cidades do interior brasileiro. A oportunidade de adentrar a comunidade foi de grande importância, já que possibilitou o acesso à favela e, mais que isso, a criação de contato com uma das lideranças locais. Também algo chamou atenção logo de início: a divulgação de que haveria projeção de filme, solicitada pelos artistas, não ocorreu.

² Mais sobre o festival no site <<http://baixocentro.org>>, ultimo acesso em 30/06/2012 às 12:00h.

O fato já apontava para a baixa união do público e acabou por forçar a mudança de programação para a exibição de um desenho animado, mais adequado às suas expectativas.

Com o primeiro contato feito, logo se seguiu uma segunda visita. Essa, por sua vez, coincidiu com a visita de uma equipe de áudio e vídeo no local. A equipe fazia parte do projeto artístico Inside Out Project, idealizado pelo artista francês JR, vencedor do prêmio TED 2011³. O projeto produziu fotografias de rosto dos moradores, que foram posteriormente coladas em muros da cidade - inclusive dentro da comunidade - em grande escala através da técnica de lambe-lambe. Também para esse projeto foram produzidos vídeos de entrevistas com moradores, que contaram um pouco de sua história, sua origem, há quanto tempo estão na comunidade e responderam à pergunta: “o que é importante para você?”.



*Dona Rosa, mineira, 61 anos
/ Foto: Bruno Fernandes*

Visto que ter uma equipe trabalhando com fotografia e filmagem dos moradores da favela pareceu uma ótima forma de introdução à comunidade, foi decidido integrar a equipe de voluntários. Através do trabalho junto ao Inside Out Project (IOP), foi possível fazer visitas constantes à comunidade, com periodicidade quinzenal ou semanal.

Esse contato possibilitou outro nível de entendimento da realidade dos moradores, e acabou por esclarecer uma série de questões importantes. Em conversas de aproximadamente meia hora, foi possível ouvir acerca de suas vidas, sua relação com os vizinhos, a importância que a questão habitacional tem para eles, e mesmo descobrir um pouco mais sobre o preconceito que sofrem por serem habitantes de uma favela. Ao longo do processo de estudo, uma das características mais marcantes sobre o caso da comunidade da favela do Moinho, foi a forma como a vida das pessoas que vivem em condição de precariedade é dinâmica.

No intervalo aproximado de sete meses, foi possível acompanhar mudanças drásticas nas condições de vida de muitos dos moradores. Enquanto uns ficaram desempregados, outros montaram negócio próprio; tiveram filhos, perderam parentes, reformaram o barraco ou simplesmente foram embora; novos moradores vieram e lideranças se consolidaram tão logo quanto ruíram. Mas esses aspectos parecem comuns também nas classes sociais com melhores condições de vida.

³ Ver mais sobre em <<http://blogs.dharma.art.br/2012/02/inside-out-sao-paulo-humanidade-compartilhada>>, <<http://blogs.dharma.art.br/iop-sp/>> e <<http://catarse.me/pt/projects/779-inside-out-sao-paulo-humanidade-compartilhada>>, ultimo acesso em 30/06/2012 às 12:00h.

Porém um aspecto difere determinantemente os ocupantes daquele terreno da elite da sociedade: a forma como são excluídos, relegados a péssimas condições de moradia, e ao abandono do Estado, gera uma situação de extrema fragilidade. É essa fragilidade que faz com que uma simples mudança climática, a alteração de uma política pública ou uma ação criminosa, por exemplo, transforme significativamente a vida deles. Qualquer dessas mudanças pode fazê-los de moradores de favela a habitantes de uma moradia digna, ou, mais provavelmente, a moradores de rua.

Um fato em particular, recorrente na área, transformou a história dos moradores. Um incêndio (em 17/09/2012, o oitavo deles nos últimos 16 anos) desabrigou novamente moradores, expulsou mais 150 pessoas do assentamento e fragmentou ainda mais a comunidade. É essa dinâmica das relações interpessoais e das pessoas com o espaço em que vivem que será descrita adiante.

3. O motivo pelo qual foi morar lá

De acordo com Lúcio Kowarik⁴, a lógica de acumulação do capitalismo faz com que, quanto mais o sistema avança, maior se torna a extração da mais valia e a exploração dos detentores de meios de produção e reprodução do sistema sobre a massa trabalhadora. Dessa forma, grosso modo, nas cidades que passaram por processos de industrialização e entrada na economia globalizada, acirraram-se as condições de exploração e dominação da massa trabalhadora. Mesmo tendo escrito sobre o tema em 1979, o autor parece ter razão ainda hoje em dia: são a questão salarial e a falta de provisão de moradia por parte do estado os fatores mais relevantes para se ir morar em uma favela em nossa sociedade subdesenvolvida.

No caso do Moinho, frequentemente os moradores são migrantes, e estão, no caso dos entrevistados, de três meses a 20 anos em São Paulo. Vieram em busca de emprego e melhores salários. Acabaram desempregados, em empregos de baixa remuneração, ou em subempregos. Assim, ganham menos do que o necessário para pagarem água, luz, aluguel e comida. Como o estado não provê a moradia a que o cidadão tem direito, nem o acesso aos serviços de consumo coletivo que igualmente garante a constituição brasileira, e muito menos isso lhes é garantido pelo capitalista empregador, então o que resta é a autoconstrução das habitações em terrenos vazios.

⁴ Kowarick, Lucio – A espoliação urbana, Paz e Terra, 1979



*Vieira escura da comunidade /
Foto: Filipe Barreto*

Francisco de Oliveira descreve muito bem esse processo. São casas edificadas “pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana em formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, sobre-trabalho”⁵. O sociólogo também explica o papel dessa forma de produção habitacional na sociedade capitalista: “Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado de produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”⁶.

É por isso que, por não conseguir combater a crueldade da exploração a que são acometidos, por não conseguir se organizar socialmente como classe devido à sua total vulnerabilidade (sem condições mínimas de vida e moradia, faltam-lhes condições trabalhadores, migrantes ou locais, ao serem convidados por amigos ou parentes para morar na favela, veem na moradia ilegal uma forma de sobreviver. Ao menos lá, não necessitam pagar pela infraestrutura (mesmo que essa seja precária), e muitas vezes não pagam pelo aluguel. Caem assim na quase que completa imobilização da luta pelos seus direitos de cidadão.

Após comprarem⁷ o barraco, têm a mínima garantia para poderem preocupar-se mais exclusivamente com a alimentação e necessidades de seus filhos. Por vezes, podem também pagar por um ou outro estudo, um curso de técnico, ou abrir um pequeno negócio, que faz com que finalmente possam aumentar um pouco a renda (ainda que essa permaneça abaixo do suficiente para o sustento das famílias e o acesso aos serviços básicos através do mercado formal).

⁵ OLIVEIRA, Francisco de – A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Estudos CEBRAP 2, outubro de 1972, p.31.

⁶ Idem.

⁷ Transação dentro de um mercado informal de habitação, presente em 90% dos casos das pessoas entrevistadas, excetuando-se somente os pioneiros da ocupação e os que foram morar no barraco dos pais ou parentes.

Diversas falas comprovam isso. Humberto⁸, por exemplo, explica que foi para a favela para sair do aluguel, comprou o barraco porque pagando o aluguel só tinha dinheiro para “gastar e comer”. Afirmo que assim, pôde ter algum dinheiro extra para fazer cursos de marcenaria, elétrica e hidráulica: “caso [eu venha a] perder o emprego um dia, não fico desempregado”.

Também outros moradores reforçam a ideia. Fernanda, por exemplo, diz que ao chegar a São Paulo, procurou aluguel. Como não possuía renda suficiente para pagar, foi morar na favela. Karen diz que a vantagem de morar no Moinho é não pagar aluguel, não pagar água ou luz. Não por isso acham a alternativa justa. Todos dão a entender que foi a forma que restou, não a que optariam se tivessem outra saída. Gianini esclarece: “[Aqui] você não tem a sua vida adequada. Você não consegue pagar uma coisa pra ter a responsabilidade, a liberdade que você tem”.

4. A moradia e a infraestrutura básica

Talvez o assunto mais recorrente nas conversas, ao lado da questão do emprego e da família, seja mesmo o tema habitacional. Algo que parece evidente também para quem olha de fora, mas que é reforçado pelas falas dos moradores. Ao responderem sobre “o que é importante para você?”, um quarto dos 159 entrevistados responderam coisas como “Moradia” ou “Moradia digna para todos”.

Ao observar os barracos⁹, em sua maioria de ripas de madeira, e em alguns casos de alvenaria, fica claro o porquê disso. Além de serem mal iluminados e mal ventilados, também têm a salubridade prejudicada pela precariedade das instalações elétrica, de água potável, e esgotamento sanitário. O acesso dos moradores a esse tipo de serviço se dá sempre através ligações clandestinas à rede pública de energia elétrica, água potável e captação e tratamento de esgoto. Também por vezes moradores optam por fossas sépticas para o despejo de dejetos sanitários.

Mas os “gatos”, como são chamadas as ligações improvisadas, estão longe de ser uma solução fácil ou definitiva para se obter aquilo que o estado deveria prover. Ainda que existam moradores com formação técnica em elétrica, ou com experiência em construção civil suficiente para criar sistemas de esgotamento, a dificuldade de obter materiais ou ferramentas adequadas para a realização de tais infraestruturas, torna as instalações perigosas para os próprios barracos.

⁸ As falas dos moradores citadas adiante foram retiradas de vídeos do Projeto Insideout, transcritos com autorização do projeto, no âmbito dessa pesquisa. Somente os primeiros nomes foram utilizados para evitar sobre exposição dos entrevistados.

⁹ Utilizando definição do Dicionário de Língua portuguesa Michaelis, para “barraco”: Pequena casa de tijolo ou madeira, nos bairros pobres, coberta com palha, ramos, telha ou zinco.

Os cabos expostos às intempéries e os sistemas feitos de forma improvisada, tornam a ligação elétrica de grande potencial para curto-circuito, produção de fagulhas (gerando risco de incêndios) ou mesmo de choque elétrico de alta tensão. Apesar de acordo com a Sabesp (pelo entendimento de que negar provisão de água inviabiliza a sobrevivência das pessoas, sendo esse então um dever da companhia), a água provida é constantemente cortada para a comunidade¹⁰. Já o esgotamento improvisado (muitas vezes a céu aberto) torna-se um problema de saúde pública. Não raro foi ver crianças brincando na vala como se essa fosse um pequeno rio para seus barquinhos de papel. Parte delas visivelmente possuíam doenças de pele, hematomas que podem ter sido provocados pela exposição à água contaminada e pelos dejetos da própria comunidade.

Além disso, os moradores, por viverem em uma área residual da cidade desprovida de acesso à infraestrutura básica, acabam por ter suas casas invadidas por muitos tipos de insetos e pragas. A fórmula: lixo, mais humidade, mais temperaturas cálidas, formam a combinação perfeita para sua proliferação. Nas palavras de Jorge, morador recente da comunidade, “rato aqui é inquilino”. Nilda reforça: “Não é fácil não, ver seus filhos pequenos dormindo com os ratos”. Também outros animais vetores de doença aparecem por lá. Facilmente vê-se baratas e pernilongos, além do inseto transmissor de dengue, *Aedes Aegypti*. Nas palavras de Karen, “É ruim [morar no moinho] porque (...) as instalações são precárias, a gente fica com medo”.

5. A proximidade com os empregos

A localização da favela na área central da cidade é parte importante para a sobrevivência de seus moradores. Com uma população com aproximadamente 70% de catadores de material reciclável¹¹, a proximidade com o “lixo rico”, aquele que contém grande quantidade de papel, lata, ou ferro-velho, é essencial para a efetividade do negócio. Também possuir espaço para armazenar o material recolhido (o que dá possibilidade de negociar melhores valores no pagamento pelo material¹²) é importante, por isso existem barracos somente para o depósito de materiais recicláveis. De uma forma geral, existe um acordo com companhias de reciclagem que levam o caminhão até a favela para recolhimento do material.

¹⁰ De acordo com lideranças da comunidade, em entrevista concedida para este trabalho.

¹¹ Estimativa dos próprios moradores.

¹² Ponderação feita pela arquiteta Marcia Saeko Hirata, e também confirmada pelos moradores.

A premissa de que as populações trabalhadoras que vivem no centro devem seguir vivendo ali, tantas vezes pregada pelos urbanistas que defendem a reocupação dos terrenos e prédios vazios do centro, encontram eco nas falas de Renaci. Catador de papel há 17 anos (quando foi morar no Moinho, vindo de Mogi das Cruzes), e um dos desabrigados do último incêndio que houve na comunidade, dá uma aula sobre a importância de se viver em uma área acessível para os trabalhadores de baixa renda.

“Eu te garanto que eu, saindo aqui, se eu for até a [Avenida]Paulista, eu arranjo 20 reais, dá pra comprar uma mistura, comprar um leite pros meus filhos. (...)Hoje em dia¹³ tenho meu carrinho aqui na minha garagem. Você vê que é uma coisa que se eu tivesse lá [em Mogi] eu não teria condições nem de ter, nem de sustentar minha família do jeito que eu sustento aqui. Já morei em Mogi das Cruzes com a minha mãe. E é difícil hein? (...)”

O que é você pegar um trem, você pegar um ônibus lá na casa do chapéu, aí vem, chegar aqui, ralar o dia inteiro, de faxineira, ou de servente de pedreiro, o que seja, e depois pegar um ônibus de volta pra casa, chegar em casa morto de cansado, e ainda chegar lá, tem as criança bagunçando... tem que já chegar, bater um ranginho, ir deitar e dormir, para levantar as quatro horas da manhã. Aqui não, aqui eu saio oito horas da manhã, pego meu carrinho, já tô no centro catando minha reciclagem.”

Renaci ainda descreve como morar longe de sua área de trabalho fazia com que tivesse maior gasto com transporte e comida, diminuindo ainda mais sua renda, e trazendo também problemas familiares. Morando no Moinho ele consegue cuidar das filhas, voltar de vez em quando para cuidar delas.

(...) se eu moro lá em Mogi, ou lá em Suzano, São Mateus, como é que eu vou fazer isso? Não tem condições. Eu tenho que deixar elas lá e pedir a Deus que vai ficar tudo bem com elas. Vou pagar um vizinho pra olhar. Mas às vezes você paga um vizinho, você pensa que aquele vizinho é o bom, aquele vizinho é o que não presta. Você não sabe o coração de ninguém como é. Entendeu?”

Além dos catadores, residem na favela diaristas, passadeiras, encanadores, pedreiros, eletricitas, pintores, artistas plásticos, e um grande número de desempregados ou inválidos. Em comum, eles têm o fato de que ir viver na periferia representaria um aumento significativo no custo de vida. Devido a distancia dos locais de trabalho, gastariam mais com transporte público, teriam que comer fora de casa e possivelmente pagar pelo aluguel ou compra de outro barraco.

¹³ Entrevista concedida antes do Segundo incêndio, no qual Renaci perdeu seu barraco e seus pertences.

Isso sem contar no custo da qualidade vida, já tão sofrida, tendo que gastar horas em deslocamentos casa-trabalho.

Todos também dependem de uma boa localização para terem condições de manter a família, ou de ter algum acesso a atividades culturais ou de esporte e lazer, aos quais muito mais dificilmente teriam na periferia. Fernanda comenta que gosta de viver no moinho porque “é perto de tudo”.

Apesar disso, há quem ache vantajoso sair do assentamento para ir viver na Vila dos Remédios, na zona Oeste. Vanderléa, que disse ter aceitado mudar-se para o conjunto habitacional em construção próximo à ponte dos remédios, não vê a hora de mudar-se, já que, além de sonhar em ter um habitação digna, o conjunto é mais próximo de seu emprego – ela trabalha como atendente na lanchonete de uma faculdade da zona Oeste.

6. As relações de vizinhança

Interessante notar que a imagem que mora no censo comum (e que também é um preconceito), de que todo morador de favela é unido, de que a pobreza e as condições precárias de vida acabam por agregar os moradores e por criar uma sociedade de cooperação, não se verifica completamente no caso da favela do moinho.

Como já citado antes, a dificuldade de divulgação interna entre os moradores de um evento como o realizado pelo Festival Baixo-Centro já apontava para essa característica. Higor Carvalho, em iniciação científica pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, dava um indicativo do porquê: “[As] famílias possuem histórias e origens muito diversificadas, o que dificulta na construção de uma sociabilidade pautada nas similaridades entre indivíduos, apesar do compartilhamento da mesma situação presente.”(CARVALHO, 2009: 03). Posteriormente, tomando mais contato com os moradores, ficou tudo mais evidente. “A gente se fala em comunidade, mas comunidade mesmo não existe” comentou Giannini, ao tratar dessa relação.

O trabalho permitiu enxergar matizes dessa relação. Enquanto alguns dizem fazer de tudo pela comunidade, outros se mostram pouco solícitos e pouco afeitos a seus vizinhos. Muitas foram as falas de desconfiança entre os moradores, trazendo a explicitação de conflitos internos. Na parede externa de um dos barracos era possível ler, escrito em tinta vermelha e com o próprio dedo sendo usado como pincel: “Recado aos invejosos: Antes de falar de mim, lembre-se do seu passado. Sei que em silêncio tem inveja de mim, fala mal da minha vida e coloca defeito em tudo o que faço. Mas fique sabendo que tudo que tenho foi conquistado com o fruto do meu suor. Por isso, ao invés de me invejar, faça como eu. TRABALHE!”.

Por outro lado, não faltam pessoas que dão o que podem para ajudar os vizinhos em momentos de necessidade. Dona Rosa sempre reforça a importância de ajudar os outros moradores “aqui uma mão lava outra”.

Gentil, Rosa sempre recebia a equipe do projeto Inside Out com balas e pirulitos. Marcelino, conhecido por seu Santos, também demonstra ajudar com o que pode. Artista plástico, e ex-integrante da União de Movimentos de Moradia, aporta uma noção que difere da maioria de seus vizinhos: “sempre que eu posso, ajudo as pessoas aí, [com] conhecimento, cultura...”. Seu Santos conta que, sempre que possível, arma oficinas de artesanato ou mesmo de artes para as crianças ou para os adultos, oferecendo também seu conhecimento para criar uma oportunidade a mais de diversão, lazer, ou mesmo complemento de renda para seus companheiros. “[O importante é] Interligar as pessoas que precisam de trabalho, que precisa de alguma coisa aqui da comunidade; cheguei até [a ser] presidente da associação aqui”. A associação de moradores da favela do moinho passa constantemente por altos e baixos.

Em 2006, a comunidade estava sendo - mais uma vez - ameaçada de ser removida pela prefeitura. Os então 700 moradores¹⁴ brigavam pelo direito de usucapião, já que estavam instalados ali havia mais de cinco anos. Aparentemente a ameaça favoreceu a união dos moradores, que conseguiram, com auxílio do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Escritório Modelo de Direito da PUC), a tutela antecipada do terreno. Oficialmente, hoje, se a prefeitura quiser remover os moradores do terreno como um todo, deveria pagar de indenização a eles o mesmo valor de mercado do terreno, como faz com qualquer outra desapropriação.

Depois da tutela antecipada garantida, houve uma desmobilização da comunidade. Após o incêndio de dezembro de 2011, a organização dos moradores foi novamente prejudicada. Com três mortos¹⁵ (20 segundo os moradores) e a saída de mais de 800 pessoas da favela, sua população passou de 1.656 moradores¹⁶ para aproximadamente 865 moradores¹⁷. Tal fato contribui, para a mudança da população residente e, portanto, para sua menor união.

¹⁴ Segundo vídeo “Favela do Moinho”, produzido pelo Escritório Modelo e disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=y8UEM2nrwGM>>, último acesso dia 19/1./2012, 00:46h.

¹⁵ O Estado de São Paulo - Bombeiros localizam terceiro corpo em favela incendiada - 23 de dezembro de 2011 in <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bomberos-localizam-terceiro-corpo-em-favela-incendiada,814624,0.htm>> último acesso em 14 de novembro de 2012.

¹⁶ CENSO IBGE - 2010

¹⁷ Número que voltou a cair após o incêndio seguinte, em 2012.

Em maio de 2012 houve, por exemplo, uma primeira tentativa de assembleia dos moradores para decidir as lideranças da associação, mas que teve a presença de somente cinco moradores. Segundo Humberto, um dos motivos seria que o espaço para a assembleia, que tradicionalmente ocorria na creche (de alvenaria, construída na área com ajuda da Aliança de Misericórdia¹⁸), estava fechado. Nas falas dele: “Eu que convoquei. E como a chave não foi cedida, né? Porque fica com os pessoal da igreja, como sempre, entendeu? (...) [Falaram que] estava condenado [o espaço da creche], agora já tá voltando de novo. Não sei, entendeu; olha aí: tava condenado, aí depois volta de novo.... entendeu? Aí já não é mais de novo,...”. A influência político-organizacional exercida pela Aliança de Misericórdia sobre a comunidade não ficou clara naquele momento.

Porém, cerca de dois meses depois da primeira tentativa, uma segunda ocorreu, dessa vez no espaço da creche (recentemente reaberta), e contando com o quórum necessário. Neide foi eleita Presidente da Associação de Moradores, e Humberto o Vice-presidente.

Tal composição organizacional serve para que os moradores tenham um porta-voz oficial. Além disso, aqueles que estão no corpo da associação presam por promover os interesses da comunidade, tendo que resolver, além de problemas de infraestrutura, brigas de vizinhos ou problemas de relação entre os moradores e agentes externos da comunidade, dando permissão para esses atuarem ou não na comunidade. Foi a presidente da associação que esteve presente na reunião com a equipe da prefeitura do PREVIN¹⁹, por exemplo. Foi também ela que deu permissão para a ação do grupo InsideOut ser realizada na favela.

Porém também essa composição não durou muito tempo. Pouco antes do segundo incêndio, de setembro de 2012, um antigo chefe do tráfico local foi solto da prisão. Não foi possível descobrir o exato motivo disso, porém, pouco tempo depois, Neide acabou por se mudar da favela. Ainda que o novo incêndio tenha certamente deixado ela e sua família abalados, estranha-se o fato de que sua mudança (para a casa de um amigo) tenha ocorrido escoltada pela polícia civil.

¹⁸ Aliança de Misericórdia, segundo o site do grupo “o trabalho social desenvolvido com estas famílias [do Moinho] visa à retomada da cidadania e das condições básicas de vida, através da formação de mutirões para reforma de barracos e a limpeza da favela, programas de atendimento médico, alimentação e divulgação de noções higiene, além da construção de uma creche, inaugurada em maio de 2004.” In

<http://www.misericordia.com.br/social/index.php?option=com_content&view=article&id=43:noticia02&catid=3:noticias>, último acesso em 20/10/2012,.

¹⁹ Programa de Prevenção e Combate a Incêndios em Assentamentos Precários do Município de São Paulo (Previn).

7. O poder paralelo

Essa influência do tráfico de drogas não é de todo clara, afinal pouco se fala abertamente sobre isso. O fato acima citado, somado a determinados episódios presenciados lá, faz transparecer o poder deles. Tal poder gera um “papel centralizador do tráfico”, que é baseado em mostrar quem é o “dono da força (violência), e [no] medo que impõem aos demais. A violência sobre os moradores não é física, mas psicológica. A imagem de quem porta a arma já é suficientemente convincente para determinar quem é o dominante e quem o dominado.”(CARVALHO, 2009: 05)

Descobriu-se logo no começo que existe certa demarcação territorial dentro do terreno da favela a qual não se passa nem se toma registros sem autorização. Em conversa com os líderes da associação descobriu-se que a área para trás dos Silos não pode ser fotografada, muito menos filmada. “Da bandeira²⁰ para lá nós não tem autorização né? Como foi que eu te falei”.

Em dois casos particulares, fotógrafos membros da equipe do InsideOut tiveram que dar explicações a membros do tráfico que, aparentemente, não haviam sido avisados de que a equipe iria fazer fotos no local, ou mesmo do que se tratava.



Gianini, pernambucana, 33 anos, há 15 no Moinho / Foto: Bruno Fernandes

“São eles, [os traficantes], que permitem ou proibem diversas atividades na favela, como a aceitação ou a recusa da instalação de uma nova família ou mesmo a vigilância de tudo o que acontece, de todos que entram e saem da favela” (CARVALHO, 2009: 05), como foi possível observar. Também é deles o papel de regular e gerir o “mercado imobiliário e de terras” ilegal da comunidade, regulando os preços de compra e venda e os aluguéis dos barracos de acordo com as leis da oferta e da procura, assim como o faz o mercado imobiliário legal”.(CARVALHO, 2009: 04).

Além disso, por vezes os moradores deixam escapar uma importância oculta do tráfico. Os “meninos”²¹ que mantêm sua “lojinha”²² no assentamento, algumas vezes fazem o papel do Estado para essa população.

²⁰ Refere-se a uma bandeira do Brasil, quase que ironicamente pendurada entre os silos do antigo moinho.

²¹ Uma das maneiras as quais os moradores se referem aos traficantes.

²² Uma das maneiras as quais os moradores se referem ao ponto de tráfico.

Mais de uma vez foi citada a ajuda financeira que dão, por exemplo, para a aquisição de brinquedos para o parquinho das crianças, ou os projetores-multimídia adquiridos para atividades culturais na comunidade. “Agora, a noite, depois das 17h da tarde eu tenho cine, que eu consegui. Eu estava pretendendo comprar né? Eu consegui, através de doações, da ajuda de uma menina aí, e eu consegui um projetor. Agora todo fim-de-semana vou passar um filme aqui para a criançada”, explica um dos moradores, deixando a entender que a “menina aí” era da “turma do movimento”²⁰.

Mais que isso, foi ouvido de pessoas externas ao moinho, mas que trabalharam junto à comunidade por algum tempo, que também ao tráfico interessa a permanência dos moradores na área. A comunidade faria assim uma espécie de “escudo de camuflagem” para o tráfico, que supostamente forçaria os moradores a exigirem a permanência na favela.

Porém ainda não foram obtidas evidências que aponte nesse sentido, o que assinala também para uma possível influência é o fato de que, depois do último incêndio, reivindicar a permanência na área ficou muito mais difícil para os moradores.

Isso porque o argumento do “risco iminente de vida” mina a força de resistência no local, seja essa resistência pela espera de uma moradia digna, seja pela suposta pressão do tráfico.

8. A relação com a prefeitura²³

Ouvindo as falas dos moradores fica clara a dificuldade de comunicação existente entre os moradores da comunidade e o poder municipal. Foi dito, nas primeiras conversas, que os representantes da prefeitura não mais apareciam por lá - “eles sumiram”. “Ninguém sabe de mais nada! Não tão passando informação nenhuma mais!” dizia Humberto, uma das lideranças da favela. Dos primeiros registros, em abril, às últimas conversas, em setembro de 2012, a comunicação entre moradores e prefeitura não pareceu melhorar muito. Nesse meio tempo, a prefeitura, através da Habisp, divulgou nota²⁴ na internet afirmando que todos os moradores seriam atendidos no programa de habitação popular da prefeitura.

As famílias teriam o direito de comprar – a prestações minguadas – um pequeno apartamento popular na Vila dos Remédios (Zona Oeste da cidade, a 11Km do assentamento atual), ou em “área vizinha ao Moinho”. Essa “área vizinha ao Moinho” a que se refere o site é, segundo moradores, na rua dos bosques, na Barra Funda, a cerca de 3km da favela, e pertencente à atual área de ZEIS03.

²³ Durante gestão Kassab (PSD)

²⁴ Site da Habisp <http://www.habisp.inf.br/pagina/b55h16_prefeitura-disponibilizara-moradia-definitiva-favela-do-moinho>, ultimo acesso em 04/07/2012, às 02:40h.

Mas essa nota foi o mais próximo que o poder municipal conseguiu chegar de cumprir com o direito à moradia que todo cidadão possui.

Averiguou-se também a realização de uma reunião entre a então presidente da associação de moradores da favela, o chefe de gabinete da prefeitura, um representante da Subprefeitura da Sé, da Sehab, da Eletropaulo, da Sabesp, do Centro de Referência e Assistência Social, da Secretaria da Educação, da Guarda Civil Metropolitana, da Secretaria das Subprefeituras, e dos Bombeiros, entre outros, para tratar do Programa de Prevenção de Incêndios em Assentamentos Precários (PREVIN), na última semana de Agosto de 2012.

A discussão girou entorno de ações preventivas contra incêndios, na favela como um todo (a instalação de um hidrante, e uma edícula contendo equipamentos essenciais, como extintores e luvas) cujas obras estariam atrasadas (já que tinham previsão de término para 10 de agosto de 2012, e ainda não haviam sido realizadas), além da exigência da prefeitura de que fossem retirados os moradores que estavam sob o viaduto Orlando Murgel, que, segundo eles, estariam em situação de maior risco. Extraoficialmente, o que muitos moradores confirmaram é que de fato a prefeitura estava retirando os moradores daquela parte do assentamento. A maneira como fizeram é que não parece condizer com uma política pública de habitação ética, feita para atender as necessidades das populações mais pobres.

Ao menos dois relatos de coação e ameaça de “capangas” da prefeitura sobre os moradores foram ouvidos. As declarações falavam que “as meninas [da prefeitura] vêm aqui dizendo que a gente tem que sair até segunda. Que se a gente não sair, vai destruir os barracos com tudinho dentro”, ou menções semelhantes de alguém que se diz da prefeitura dando prazos para a saída dos moradores.

Após as ameaças, aqueles que insistem em ficar nos barracos passam a receber oferta oficial de “Auxílio Aluguel”. O Auxílio Aluguel emergencial corresponde ao valor de R\$300,00²⁵ por família por mês, teoricamente para que aluguem um apartamento para viver. Mas Neide, por exemplo, esclarece o porquê o valor é muito baixo: “Como eu vou passar aí pra sair com R\$300, mas aí tem aluguel, (...) luz, gás, telefone(...). Eu fui procurar uns aluguel, aí o menor preço que eu achei aqui foi R\$950. E é dois cômodos, debaixo da casa do dono. Você vê. Aí a minha casinha aqui... eu não quero isso!”. Muitos dos que acabam por aceitar o auxílio da prefeitura acabam por voltar à favela.

²⁵ Decreto nº56.664, de 11 de janeiro de 2011 de São Paulo

Segundo Renaci: “a prefeitura oferecendo uma mixaria aí de Auxílio Aluguel tem um monte querendo ir embora. Mas se a prefeitura cortar o Auxílio Aluguel eles querem voltar, porque eles não vão ter pra onde ir né?”

Além disso, Renaci afirma também que, ao expulsar os moradores originais da favela e não demolir barracos, a prefeitura acaba por atrair novos moradores para a área, que aproveitam os cascos vazios das habitações. Esses novos moradores são, muitas vezes, viciados em crack e/ou envolvidos com o tráfico. Muda-se assim as relações de vizinhança da comunidade, reforçando o poder paralelo dentro da favela: “A prefeitura vem aí, tira os moradores, e bota os nóinha”.

O último fato marcante no período, e que traz grande reflexão quanto à maneira como a prefeitura de São Paulo em sua atual gestão vem encarando a questão habitacional, e, portanto, o como se dá a relação entre moradores e governo. Com cerca de 80 barracos atingidos, e mais de 300²⁶ moradores desabrigados, a atitude da prefeitura foi cadastrar (mais uma vez) os moradores atingidos, prometer aquele mesmo Auxílio Aluguel a eles, por tempo indeterminado, até que os conjuntos habitacionais sejam construídos. O auxílio aluguel que deveria ter caráter emergencial, se tornou a política habitacional do governo municipal vigente, conforme mostra o Observatório de Remoções da Cidade de São Paulo (LABHAB, 2012)²⁷. Desta forma, com as obras da Vila dos Remédios ainda nas fundações e a Vila dos Bosques ainda sem início, as famílias que perderam seu lar no evento se veem mais uma vez em situação de grave fragilidade e sem perspectiva de atendimento habitacional no curto prazo. Como é sabido por eles que, em geral, as bolsas acabam por não ser providas durante todo o período de espera (muitos são os casos em que um ou dois meses depois de cadastrados os desabrigados param de receber o auxílio), e que o valor é irrisório para famílias alugarem um espaço digno para se viver perto de onde moravam (região central), acabam por precarizar ainda mais sua condição de vida. Se não conseguem voltar e reconstruir seus barracos, vão, na maioria dos casos, optar por viver em casas de parentes ou amigos na periferia da cidade ou, quando tem sorte, alugam um cômodo em algum cortiço do centro, passando a viver em situação pior que a anterior.

²⁶ Folha de São Paulo, 18 setembro de 2012.

²⁷ Dados da prefeitura municipal dão conta de que a produção de unidades habitacionais previstas até o fim de 2012 chega a um total de aproximadamente 8000 UHs, quando há pelo menos 28000 famílias em situação de auxílio aluguel na cidade atualmente (SEHAB, 2012). Isso demonstra que a política de atendimento municipal via auxílio aluguel não tem caráter emergencial apenas, se tornou prática corrente na gestão municipal vigente, que não apresenta previsão de atendimento habitacional definitivo, não só em caso de remoções por incêndios, como também em remoções motivadas por projetos de diversas naturezas, inclusive de urbanização de favelas (cf. <http://observatorio.deremoco.es.blogspot.com.br/>, acessado em 05/11/2012).

9. A relação com a polícia militar e a guarda civil

Alguns atos da polícia militar (PM) e da guarda civil metropolitana(GCM), em geral ocultos aos olhos externos por ocorrerem contra a camada mais frágil da sociedade, acabam por transparecer na conversa com parte dos moradores. Ações truculentas da PM ou da GCM no trato com os moradores são relatadas ao se conversar com as pessoas. Revistar moradores sem motivo, ou direito para isso, como também a autuação ou apreensão dos produtos vendidos como tentativa de complementação de renda parecem ser atos corriqueiros.

Como testemunha Eloy, “Se eu vendo um cafezinho na rua eles manda os “urubu” chegar lá e pegar. Chega um, empurra a gente e pega: o carro tá preso. A gente não pode falar nada que leva um empurrão, leva um chute”.



Moradores fazem protesto no dia seguinte a ação repressiva da polícia sobre os moradores / Foto: Folha Press



Agentes da Guarda Civil Metropolitana se colocam ante à população da favela após protesto da comunidade / Foto: Bruno Fernandes

Mais recentemente tornou-se pública uma confusão ocorrida entre moradores, polícia militar de São Paulo e Guarda Civil Metropolitana (GCM). Conversando com pessoas de fora da comunidade mas que faziam trabalho voluntário lá aquele dia, foi possível ouvir sobre o conflito. De acordo com testemunhas, após último incêndio, a guarda civil foi chamada pela prefeitura para garantir que não fossem reconstruídos barracos nas áreas abaixo do viaduto e a uma distância mínima de 10m do mesmo. A despeito da tutela antecipada que os moradores possuem pelo usucapião da área, a prefeitura utilizou o argumento, vindo do corpo técnico da instituição, de que seria alto o risco de novo incêndio para proibir a reconstrução dos barracos próximos ou sob o viaduto. A determinação de se fazer o isolamento da área através da GCM, sem prévia explicação ou qualquer tipo de comunicação oficial com as lideranças da comunidade, a não ser da própria guarda, gerou revolta dos moradores.

Aos tentarem reconstruir o pouco que sobrou de seus lares, ou limpar o espaço e recuperar algum pertence que tenha escapado do fogo, foram impedidos à força pela guarda civil.

Essa, segundo a mesma testemunha, provocava moradores com falas ofensivas, ou mesmo ameaçando utilizar a força caso algum morador insistisse em entrar na área delimitada. Também segundo essa testemunha, parte dos moradores – em geral ligados ao comércio de entorpecentes – também provocava a guarda civil para que essa saísse dali. Seguiram-se bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes de um lado, contra gritos e pedras do outro. A Guarda Civil então chamou reforço da Polícia Militar que, através da presença mais ostensiva e a exibição de armamento mais pesado abrandou a situação. Parece ser trazida a tona mais uma faceta de como são tratados os problemas sociais pelo governo municipal atual.

No momento que um grupo tenta retomar algo ao qual tem direito garantido pela constituição (direito à habitação), parece que ele se torna um problema de polícia, não mais sendo um problema político.

É dizer: se a população quer reocupar uma área ao qual não tem mais permissão por ter se tornado área de risco, então, ao invés agir-se de maneira a contemplar essas pessoas com um abrigo digno, proíbe-se a ação através da força. É como se o cidadão desprovido de habitação não tivesse mais escolha. Ou aceita o Auxílio Aluguel e vai procurar uma habitação ainda mais precária que a de antes, ou simplesmente vira alvo de violência do estado.

A relação parece casar-se com o paradigma do Estado servindo de instrumento à acumulação capitalista. Em *Espoliação Urbana*, Kowarik fala de como a luta pelos direitos sociais não interessa para a acumulação capitalista, sendo então cerceada pelo Estado (mesmo que esse se pretenda democrático, no regime atual). “As necessidades sociais, numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueados, são instrumentalizadas em função das necessidades da acumulação. Assim os investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, visam à lubrificação da engrenagem econômica, e os problemas vividos pela população só se transformaram em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes” (Kowarik, 1979: 50). No caso vê-se que a reivindicação dos moradores por uma moradia digna só é ouvida quando incomoda, de alguma forma, à elite. Reconstruir os barracos sob o viaduto traria novamente risco de incêndio e, em consequência o fechamento da via que liga a Av. Rio Branco à Av. Rudge, tornando-se notícia de jornal, e atrapalhando os 30% da população que faz viagens diárias de transporte automotor individual²⁸.

²⁸ Número obtido a partir de cruzamento de dados de pesquisa Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo 1997-2007. Valor exato da proporção – total de viagens x viagens em automóvel individual – é de 27,25%

Ainda assim, ao invés de se cumprir o direito à moradia, estabelece-se mais uma limitação ao terreno de moradia torna-se o desrespeito a isso um caso de polícia. Dessa forma, criminaliza-se a vítima, quase permitindo ao estado fugir de seu cumprimento com os direitos básicos do cidadão.

Muitos demonstram isso em fala e ações, reforçando a maneira altruísta e dedicada como lidam com suas famílias. Humberto, afirma sempre que o importante para ele é a “felicidade de (...) [seus] filhos e nunca faltar nada para eles”, assim como Josélia, grávida de 3 meses quando entrevistada, época em que vendia lanches na própria comunidade para ajudar na renda: “O importante pra mim é meu filho, que vai vir”.



Wellington, Paulista, 23 anos, pai de dois meninos. Nasceu e cresceu no Moinho. Teve que ir morar em Cidade Tiradentes após perder seu barraco no incêndio de setembro de 2012 / Foto: Bruno Fernandes

Wellington, ex-catador de material reciclável, fala do sacrifício do trabalho na rua: “Dia de chuva então, não pode parar, se parar o meu Filho não vai ter nada. O meu sonho é poder comprar uma bicicleta pra ele né? Uma motoquinha pra ele brincar; às vezes as outras criança tá brincando ele quer brincar também e não tem. Aí meu sonho é resgatar isso aí né? Fazer de tudo pra ele continuar estudando na creche, pra ele ser melhor que eu na vida, não tá nesse caminho né, que é perigoso, estar empurrando carroça, pode vir um caminhão, um carro...”. Todos parecem reforçar esse laço social, sempre atrelando a seus próprios valores morais. Joel diz: “Estou criando meus filhos, eles tem que ter responsabilidade. Eu nunca tirei de ninguém e não quero que eles tirem de alguém”.



Renaci, paranaense, desde os três anos em São Paulo. Há 17 anos mora no moinho. Também perdeu o barroco no incêndio de setembro de 2012. Hoje tenta reconstruir o barraco e o espaço que tinha para depósito de material reciclável / Foto Fábio Braga para Folha Press

O que parece ficar subentendido é que, em estando em uma situação na qual a batalha pela sobrevivência é constante, em uma condição de fragilidade muito grande, cada núcleo familiar presa para que a próxima geração do grupo viva de forma mais estável que a atual, tentando sempre criar melhores condições de vida as próximas gerações do que as de hoje. É quase como se, não tendo muitas esperanças de ter uma condição melhor de vida para si próprio neste momento, passasse a apostar que, futuramente, seus filhos ou netos irão poder ter uma vida mais estável.

10. A relação com o resto da sociedade

Também conversando com os moradores, nota-se algo que, para quem vê os fatos de fora pode ser imperceptível: ainda existe muito preconceito para com os moradores da comunidade, que, por viverem em um assentamento precário, são estigmatizados como “bandidos”, “malandros” ou “drogados”, que ainda são associados à imagem da favela, mesmo essa sendo a realidade de pelo menos 11% dos habitantes da metrópole de São Paulo²⁹. O preconceito, reforçado pelas mídias e incrustado em todas as classes sociais³⁰, parece morar fortemente na ideologia Liberal/Capitalista, associando de maneira rasa e falaciosa, os moradores de favelas à vagabundos, ladrões e traficantes, como se a ausência de regulação da terra e dos serviços básicos da vida urbana (características daquilo que se pode conceituar aglomerados subnormais³¹) transformasse trabalhadores de baixa renda em bandidos. Nas palavras da moradora Giannini: “Porque tem uns errados aqui, eles acham que são todos. E não é?”.

Tal postura, faz com que “certamente grande parte dos moradores legais dos Campos Elíseos prefeririam a instalação (...) [de um] Parque em detrimento de um projeto de habitação social, como (...) foi revelado em encontros com diversos moradores da área mais nobre do bairro, no entorno das últimas quadras da Alameda Barão de Limeira, em meados do ano de 2008. Além do interesse na valorização de suas propriedades, estes moradores possuem uma opinião bastante clara no que tange à ocupação da favela: para eles, grande parte das famílias seriam oportunistas interessadas apenas no recebimento do cheque-despejo (como já se convencionou chamar a indenização dada pelo poder público a cada família.” (CARVALHO, 2009: 08).

É ainda esse preconceito que acaba por inviabilizar também a inserção de grande parte dos moradores no mercado formal de trabalho. Mais de uma vez foi ouvido de moradores que eles tinham que mentir endereço na hora de fazer entrevista de emprego. “Se digo que moro na favela, eles não me pegam [para fazer o serviço]”. Wellington também testemunha a postura de parte da sociedade para com os moradores da favela, em particular, com os catadores de material reciclável, que já atuam como trabalhadores informais: “A gente passa com as carroça, eles buzina: 'sai da frente!'. Mas não sabem que ali na frente tá passando um carroceiro. Assim, tá pesado né? Se

²⁹ Segundo dado da reportagem da revista Exame, de 21 de dezembro de 2011, baseada no IBGE 2010, e disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/sao-paulo-e-metropole-com-mais-moradores-de-favelas-do-brasil-segundo-o-ibge>>, último acesso dia 03/07/2012, às 19:56h.

³⁰ Sobre o assunto, Paulo Silvino Ribeiro escreve sobre preconceito social para o site Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/preconceito-classe-social.htm>>, último acesso dia 03/07/2012.

³¹ Sobre a conceituação de favela, ver Ana Paula Bruno, (2012: 25).

pudesse descer, ajudar. Não, eles tipo critica nós: 'sai da frente, tira esse negócio daqui', essas coisa aí. Pensa que todos são usuário, morador de rua, mas não são. Tem diferença pro pai de família, que está aí batalhando, sem ter que mexer com nada, roubar ninguém;(...) Quería ser mais respeitado na rua, né?''.

11. Considerações finais

As informações expostas anteriormente, revelam um pouco da complexidade da vida dos moradores desse assentamento precário. O que se vê, é que para essa população, a possibilidade de escolha de seu próprio caminho é muito limitada. A eleição de um modo de vida ou mesmo do local onde viver, em grande parte dos casos, não existe. Não cabe, dessa forma, pensar-se em políticas sociais, planos ou projetos para aquela população de forma rasa, generalizante, ou a partir de estigmas. Números estatísticos estão longe de compreender, sozinhos, uma realidade. Uma realidade complexa, portanto, exige soluções complexas.

Bibliografia

BARRETO, Filipe. Favela do Moinho: A Condição Humana na Precariedade Urbana, orientação: Prof^a Dr^a Karina de Oliveira Leitão, São Paulo: 2012. <http://issuu.com/mpbarreto/docs/favela_do_moinho_a_condicao_humana_>

BRUNO, Ana Paula - Incêndios em Favelas de São Paulo (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: 2012.

CARVALHO, Higor R. S.. Campos Elíseos: Um bairro, um patrimônio, uma cidade. Um caso histórico de mutação urbana e de patrimônio público na cidade de São Paulo (Relatório final de pesquisa de iniciação científica). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2009.

GOVERNO DE SÃO PAULO, Decreto n 56.664, de 11 de janeiro de 2011.

IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro: 2011.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LABHAB, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo. Observatório do Uso Do Solo e da Gestão Fundiária do Centro De São Paulo, São Paulo: 2006..

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Estudos CEBRAP 2, outubro de 1972.

Notícias e Artigos

FOLHA DE SÃO PAULO. Plano da prefeitura volta a falhar. São Paulo: 18 setembro de 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Bombeiros localizam terceiro corpo em favela incendiada. São Paulo, 23 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bombeiros-localizam-terceiro-corpo-em-favela-incendiada,814624,0.htm> último acesso em 14 de novembro de 2012.

SÃO PAULO, Prefeitura. Previn será implantado em 50 pontos vulneráveis a incêndio na Capital até o final de 2012. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=43696

Festival Baixo Centro: <http://baixocentro.org>

Observatório de Remoções: <http://observatorioderemocoas.blogspot.com.br/>

Habisp: <http://www.habisp.inf.br>

Aliança de Misericórdia: <http://www.misericordia.com.br>

Escritório Modelo, Núcleo de Prática Jurídica Escritório Modelo “D. Paulo Evaristo Arns”. PUC-SP: http://www4.pucsp.br/mostracomunitaria/projetos/escritorio_modelo.html

InsideOut São Paulo: <http://blogs.dharma.art.br/2012/02/inside-out-sao-paulo-humanidade-compartilhada>, <http://blogs.dharma.art.br/iop-sp/>, e <http://catarse.me/pt/projects/779-inside-out-sao-paulo-humanidade-compartilhada>

Entrevistas

Entrevista concedida por Eloy, abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Bruno Fernandes. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Fernanda, maio de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Gianini, maio de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Humberto, abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Joel, maio de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Carlos Inada. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Jorge, junho de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Karen, maio de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Marcelino abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Nilda, junho de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Renaci, maio de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Carlos Inada, São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Rosa, abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Carlos Inada. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Vanderléia, junho de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Filipe Barreto. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Wellington, abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Bruno Fernandes. São Paulo, 2012.

Entrevista concedida por Neide, abril de 2012, para o Projeto Inside Out São Paulo. Entrevistador: Bruno Fernandes e Filipe Barreto. São Paulo, 2012.